

O governo de André Vidal de Negreiros no Reino de Angola: ações militares e interesses no tráfico Atlântico de escravizados (1661-1666)

The government of André Vidal de Negreiros in the Kingdom of Angola: military actions and interests in the Atlantic trafficking of esclavizados (1661-1666)

El gobierno de André Vidal de Negreiros en el Reino de Angola: acciones e intereses militares en la trata de esclavos en el Atlántico (1661-1666)

*Leandro Nascimento de Souza**

<https://orcid.org/0000-0003-1796-9072>

RESUMO: Esse artigo se propõe a analisar a trajetória de André Vidal de Negreiros enquanto governador de Angola, no período de 1661 a 1666, tendo como foco principal de atenção as ações militares e o tráfico de escravizados para Pernambuco. O projeto pessoal desse personagem, representante das conexões da elite política colonial, corroboram que os poderes adquiridos, em virtude do prestígio acumulado pelas ações em Pernambuco, permitiram que ele agisse de acordo com os seus interesses econômicos, inserindo seus agentes para tentar controlar o tráfico de escravizados através de ações militares. Para tanto, foram feitas análises de fontes arquivísticas, como a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino e da coleção Monumenta Missionária Africana, além de cronistas da época, como Cardonega e Cavazzi.

Palavras-chave: Ações militares. Angola. Tráfico de escravizados.

ABSTRACT: This article aims to analyze the trajectory of André Vidal de Negreiros as governor of Angola, from 1661 to 1666, having as main focus of attention the military actions and the slave trade to Pernambuco. The personal project of this character, representative of the connections of the colonial political elite, corroborates that the powers acquired, due to the prestige accumulated by the actions in Pernambuco, allowed him to act according to his economic interests, inserting his

* Professor no curso de história e no PPGH da Universidade Católica de Pernambuco; Doutor em história pela Universidade Federal Fluminense; principal publicação: “Entre o Reino de Angola e a Capitania de Pernambuco: João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros nas relações de poder Atlânticas e o tráfico de escravizados (1658-1666)” (2023); dedica-se ao estudo da história da África e cultura afro-brasileira; e-mail de contato: leandro.souza@unicap.br.

agents to try to control the trafficking of enslaved through military actions. For this purpose, archival sources were analyzed, such as the documentation from the Overseas Historical Archive and the African Missionary Monument collection, in addition to chroniclers of the time, such as Cardonega and Cavazzi.

Keywords: Military actions. Angola. Trafficking in enslaved people.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar la trayectoria de André Vidal de Negreiros como gobernador de Angola, en el período de 1661 a 1666, teniendo como principal foco de atención las acciones militares y el tráfico de esclavos para Pernambuco. El proyecto personal de este personaje, que representa los vínculos de la elite política colonial, corrobora que los poderes adquiridos, debido al prestigio acumulado por sus acciones en Pernambuco, le permitieron actuar de acuerdo con sus intereses económicos, insertando a sus agentes para tratar de controlar el tráfico de personas esclavizadas mediante acciones militares. Para ello, se analizaron fuentes de archivo, como documentación del Archivo Histórico Ultramarino y de la colección Monumenta Missionária Africana, así como cronistas de la época, como Cardonega y Cavazzi. También se utilizaron estimaciones de la base de datos Trans-Atlantic Slave Trade.

Palabras clave: Acciones militares. Angola. Tráfico de esclavos.

Como citar este artigo:

Souza, Leandro Nascimento de. “O governo de André Vidal de Negreiros no Reino de Angola: ações militares e interesses no tráfico Atlântico de escravizados (1661-1666)”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 2 (2024): 310-328.

Introdução

Com a retirada dos holandeses da Capitania de Pernambuco, em 1654, a região se encontrava com agravantes estruturais para retomar sua dinâmica econômica. Por conta dos anos de conflito, precisava repovoar, reconstruir e replantar. A crise econômica era potencializada pela crise política com disputas entre senhores de engenho e seus credores; conflitos de jurisdição entre governo geral e local; disputas de poder entre os grupos mercantis do Recife e a aristocracia em Olinda. Além disso, havia ainda a questão do Quilombo de Palmares nas serras e os conflitos com os grupos indígenas no interior¹. Para recomeçar a produção, os senhores de engenho na Capitania

¹ Sobre os problemas estruturais de Pernambuco após a retirada dos holandeses ver: Lopes 2018, 21-108, Silva 2001, 145-155 e Souza 2012, 37-67. Sobre o Quilombo dos Palmares, ver: Lara 2021.

de Pernambuco, representados pelos mestres de campo da expulsão dos holandeses, tinham que diminuir os custos, sobretudo nos gastos com a mão de obra escravizada vinda da África, cujo preço havia aumentado consideravelmente com as guerras Atlânticas².

Contudo, em 1654, no momento da retomada da Capitania de Pernambuco pelos colonos lusitanos, o comércio escravista em Angola concentrava-se no abastecimento da Bahia e do Rio de Janeiro. Com a retomada de Luanda em 1648, Salvador Correia de Sá estabeleceu os interesses dos fluminenses em Luanda, que tinham sido prejudicados pelos holandeses nos sete anos anteriores. O Rio de Janeiro tinha uma conexão com o porto de Buenos Aires, de onde fornecia escravizados para trabalharem nas minas de prata em Potosí, na América espanhola. Com suas medidas como governador geral de Angola, Salvador Correia de Sá fortaleceu o comércio entre Luanda, Rio de Janeiro e Buenos Aires, desfalcando a demanda em Pernambuco, carente de mão de obra para a sua produção açucareira³.

Este artigo busca demonstrar como André Vidal de Negreiros, uma das principais lideranças na expulsão dos holandeses e um dos maiores senhores de engenho de Pernambuco e Paraíba, arquitetou, junto com outras lideranças, a resolução do problema com relação à mão de obra escravizada em seus engenhos, usando a política de favorecimentos para fortalecer o comércio entre Recife e Luanda e reverter o comércio escravista em seu benefício durante sua atuação como governador geral de Angola. Em um período curto, de junho de 1654 a fevereiro de 1655, Negreiros, além das honrarias, recebeu cartas patentes para três governos ultramarinos, o do Maranhão, 1655 a 1656, de Pernambuco, 1657 a 1660, e de Angola, de 1661 a 1663⁴ (Alencastro 2000, 272). O texto enfatiza como o mestre de campo⁵ fez uso de suas experiências e prestígios adquiridos antes, durante e depois do período holandês em Pernambuco para favorecer seus interesses escravistas enquanto governador de Angola, interferindo de forma profunda nas relações de poder na África Centro Ocidental para reverter o fluxo de comércio de cativos para

² A guerra de restauração portuguesa contra a Espanha teve início em 1640 e foi finalizada em 1668. Já a guerra luso-holandesa, travada nos quatro continentes, como também nos mares, teve início nos fins do século XVI e seu desfecho foi no ano de 1663.

³ O Conselho Ultramarino demonstrou preocupação sobre essa situação, alertando ao Rei o quanto esse comércio com as Índias de Castela era prejudicial a produção açucareira em Pernambuco e na Bahia, ver: Consulta do Conselho Ultramarino, em 9 de agosto de 1651 (Brásio 1971, 66-67).

⁴ Posteriormente prorrogado para 1666.

⁵ Mestre de campo é equivalente a coronel de infantaria, tem a jurisdição civil e criminal do seu terço (Um Terço, enquanto “termo militar”, responde ao que os romanos chamavam Legião e os alemães e franceses chamam Regimento, ou seja, era um agrupamento de infantaria) com apelação ao general (Bluteau 2000, 457). Para uma melhor compreensão da aplicabilidade do conceito de “mestre-de-campo” ver: Silva, 2008.

Pernambuco. Sucedendo ao seu aliado, João Fernandes Vieira⁶, André Vidal, trabalhou com o mesmo objetivo, aumentar a produção açucareira através de uma bem-sucedida forma de governar Angola baseada no aumento do tráfico de escravizados para o porto do Recife⁷.

Principais ações político-militares de André Vidal Negreiros em Angola

André Vidal de Negreiros chegou a Luanda em 10 de maio de 1661, para tomar posse do seu posto como governador geral de Angola. O período usual de mandato era de três anos, entretanto, Vidal governou por mais de cinco, porquanto seu sucessor estava liderando as tropas lusitanas contra os espanhóis no Alentejo, logo não poderia tomar posse⁸. Foi recebido pelo seu antecessor, João Fernandes, que lhe ofereceu sua própria morada. Passaram um tempo juntos para discutir negócios e ações pendentes em Angola, principalmente no que se refere ao Estado do Congo⁹. Outro fator importante foi que ele deu cobertura a João Fernandes no que se refere às denúncias contra o ex-governador e a utilidade de suas ações na região.

Logo nas suas primeiras medidas, André Vidal transferiu de Pernambuco alguns capitães de infantaria, para guarnecer tanto as praças quanto as fortalezas de Luanda e de Benguela que estavam vagas ou com pessoas contrárias aos seus interesses (Cadornega 1941, 182-183). Fez uso de justificativa já utilizada por João Fernandes, que o uso desses militares era de grande prudência, pois eles tinham muita experiência em combate nos trópicos, mesmo que do outro lado do Atlântico, e que tinham combatido e vencido os holandeses. O contexto era similar ao governo anterior, Portugal ainda estava em guerra com os flamengos e castelhanos, e a ameaça de uma invasão de ambos em Angola ainda era real. Usando a mesma estratégia de seu antecessor, utilizou-se de gente de sua confiança em cargos relevantes, alguns trazidos por ele, outros ainda do tempo

⁶ João Fernandes Vieira, também foi uma das lideranças na expulsão dos holandeses de Pernambuco. Como também era um dos maiores senhores de engenho, se interessou pelo tráfico de escravizados e fez uso do seu prestígio para assumir cargos de poder, um deles o de governador de Angola entre 1658 e 1661 (Gonsalves de Mello 2000).

⁷ Inicialmente seu mandato seria de 1657 a 1660, mas em 1660, Negreiros requereu a Coroa que lhe mantivesse enquanto governador de Pernambuco até o fim do mandato do governador de Angola, João Fernandes Vieira, em 1661. Em carta, André Vidal de Negreiros usa o argumento de que tinha acontecido a mesma situação com o Barreto de Menezes no governo de Pernambuco, enquanto aguardava para assumir o cargo de governador Geral do Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Consulta do Conselho Ultramarino à rainha regente D. Luísa de Gusmão, sobre o requerimento do [governador da capitania de Pernambuco], André Vidal de Negreiros, em que pede ser conservado no governo até o fim do mandato do governador do Reino de Angola, João Fernandes Vieira.”, Pernambuco, Cx. 7, Doc. 620.

⁸ Seu sucessor em 1664 deveria ter sido o General Pedro Jaques de Magalhães. A Carta patente de André Vidal de Negreiros foi de 2 de novembro de 1654. Sobre o prolongamento do mandato de Negreiros ver: Cadornega 1941, 229.

⁹ Com poucos territórios e pequenas alianças realizadas, a Coroa lusitana enfrentou uma grande concorrência mercantil, nomeadamente o Estado do Congo, então governado por Kimpaco, e o Estado de Matamba, sob a soberana Nzinga. Aliados dos Holandeses, eles haviam submetido grande parte dos chefes locais, aliando-se a outros, buscando manter suas autonomias políticas e econômicas, em especial, frente ao Reino de Portugal. A posição da Coroa lusitana com relação a essa situação, por sua vez, foi de extrema cautela, pois ainda estava em conflito com a Espanha e a Holanda, logo não poderia realizar investidas no interior africano e enfraquecer as defesas das outras regiões (Grenn 2019, 194).

de Vieira, buscando, assim, uma rede de governabilidade que contribuísse com seus interesses comerciais. Essa política foi muito criticada pelos moradores e colonos de Luanda que não participavam dessa rede, por terem interesses e projetos diferentes a respeito de Angola ou pelo fato de serem concorrentes nos mesmos interesses comerciais.

Desde que chegou a Angola, Negreiros recebeu informações a respeito de um possível retorno dos holandeses, possibilidade que assombrava o Conselho Ultramarino, desde 1648. Nesse contexto, recomendava-se reforçar a organização militar na costa e cautela em relação a guerras no interior¹⁰. André Vidal, enquanto governador geral, procurou atender essas demandas. Realizou várias ações para uma melhor defesa da região contra os flamengos, principalmente na Barra do rio Cuanza e do rio Dande, reforçando-as militarmente em 1662¹¹.

Em maio de 1662, ele informou ao Rei, de forma detalhada, a estrutura e as condições das tropas da defesa de Angola, relatou ainda a dificuldade em manter as doze companhias com tão pouco contingente, recomendando a vinda de soldados das praças do Brasil, sobretudo Pernambuco¹². Em setembro de 1663, chegou a Luanda a informação de que uma armada castelhana poderia chegar a Angola para uma invasão, resultando em uma grande articulação militar para defender a região e gerando, assim, uma oportunidade para as pretensões de Negreiros¹³. Ao saber da notícia, enviou embarcações leves e rápidas para a costa de Loango e para a Barra do rio Pinda, gerando um ponto de observação estratégico, e começou a estruturar a defesa para combater a armada de Castela, sempre solicitando reforços vindos do Brasil, mais armamentos e munições.

Ao longo do primeiro semestre de 1664, houve intensas solicitações de André Vidal para o provedor da fazenda real em Angola, Bartolomeu Paes Bulhões, a respeito de investimentos para

¹⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei [D. Afonso VI] sobre a nomeação de pessoa de satisfação que levasse socorro a Angola, nos navios que estavam para partir, face à ameaça de um ataque holandês àquele reino; o conselho sugeriu António Jorge de Góis e o capitão Francisco de Sá e aconselhou a enviar aviso ao governador e capitão-general de Angola.”, Angola, Cx. 7, Doc. 773.

¹¹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Requerimento do capitão do distrito [do rio] Dande, João Pinto Carneiro, [ao governador e capitão-general de Angola, André] Vidal [de Negreiros], solicitando pólvora e balas para assistir na barra daquele rio.”, Angola, Cx. 7, Doc. 805.

¹² Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Carta do governador e capitão-general de Angola, André Vidal de Negreiros, ao Rei [D. Afonso VI] sobre a alteração do número e da constituição das companhias daquele reino, entre os governos de Luís Martins de Sousa [Chichorro] e de João Fernandes Vieira, e da necessidade de gente de terra e de mar para manter as doze companhias da guarnição daquele presidio, com o número suficiente de homens.”, Angola, Cx. 7, Doc. 804.

¹³ A informação chegou a Luanda através do Conselho Ultramarino, que tinha recebido a informação da Coroa. No documento, fica evidente a real preocupação de invasão castelhana em Angola, os conselheiros explicam que a Espanha tinha o interesse de conquistar o mercado de escravizados na África Centro Ocidental para suprir carências de mão de obra nas suas colônias da América, o que seria muito prejudicial para o abastecimento de escravizados no Brasil. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI sobre a forma mais rápida e menos dispendiosa de acudir o reino de Angola, face à ameaça de invasão castelhana, tendo em conta o estado e a constituição da guarnição daquele reino, a ânsia do inimigo em obter escravos para a conservação das Índias de Castela e o quanto esse facto prejudicaria o Brasil.”, Angola, Cx. 7, Doc. 837.

as forças militares na região, começando pelas fortalezas, como a de São Miguel, de Benguela, Muxima e Massangano. O governador realizou ainda várias obras em Luanda, como trincheiras, diligências e treinamento das tropas que vinham do Brasil, criando mais duas companhias com 120 homens¹⁴.

Em julho de 1664, o governador geral comunicou ao Rei os progressos em Angola, informando a chegada da infantaria e das provisões de guerra. Ele tentou tranquilizar a Coroa com relação aos Estados vizinhos, que, segundo ele, estavam em grande parte sob controle, referindo-se principalmente ao reino de Matamba então sob governo da irmã da falecida Nzinga, D. Bárbara¹⁵.

Muitos chefes locais (sobas) aliados se juntaram à causa lusitana, indo até Luanda para defenderem a região da eventual armada castelhana. Isso foi muito importante para Negreiros, que aproveitou a oportunidade para articular com essas lideranças o comércio escravista no interior¹⁶. Talvez tenha sido nesse momento que a região de Massangano tenha entrado nos interesses do governador, para funcionar como um entreposto de seus agentes comerciais nas novas rotas mercantes no interior, principalmente pela posição geográfica da vila, às margens dos rios Cuanza e Lukala. Depois de um ano de preparação, nos fins de 1664, chegou a notícia de que a esquadra espanhola tinha ido para outro lugar. Nesse momento, o governador geral fez questão de escrever ao Rei demonstrando sua satisfação com as tropas, principalmente com os moradores da vila de Massangano. Ele ainda descreveu sua preocupação com a praça de Luanda, solicitando a permanência do corpo militar até que se tivesse mais notícias das intenções espanholas (Cadornega, 1941, 203). Essa preparação militar foi fundamental para ele colocar em prática aquilo que consideramos ter sido um dos seus principais objetivos: a guerra e a submissão do Estado do Congo para assegurar a ampliação do comércio de cativos para o Brasil, e para Pernambuco em particular.

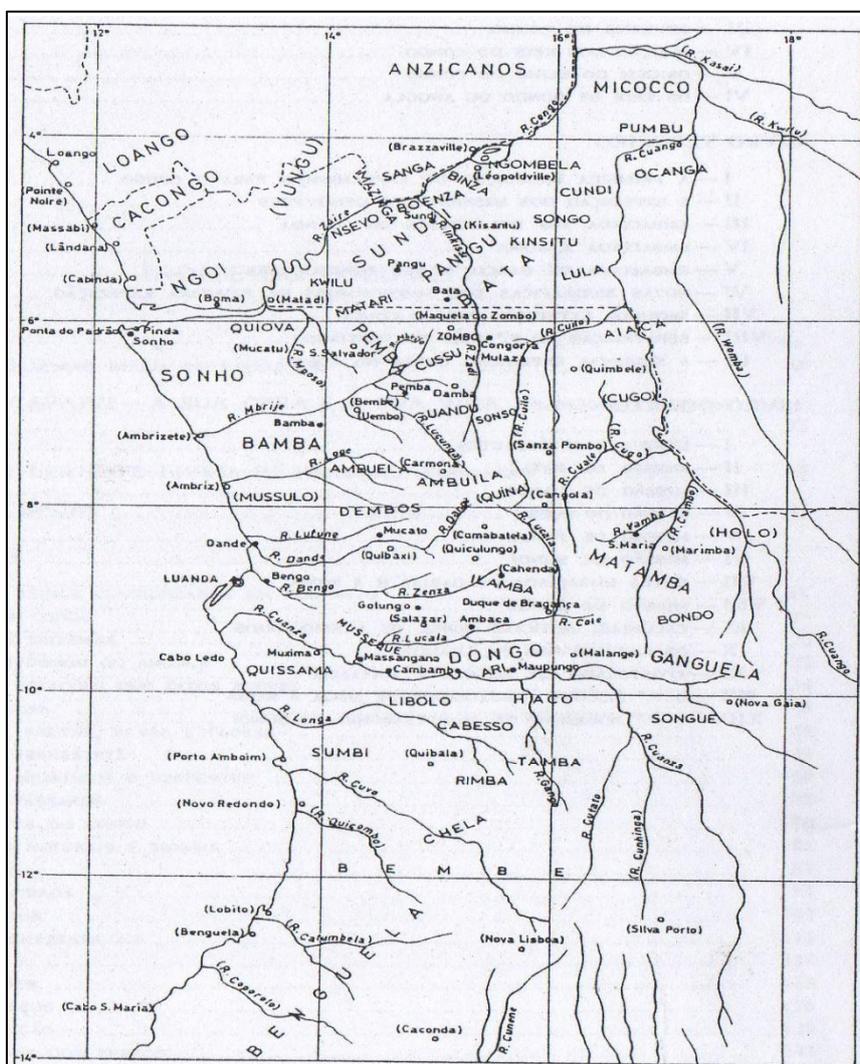
As primeiras campanhas militares no governo geral de André Vidal de Negreiros foram para suprir o insucesso de João Fernandes na região dos Dembos, muitas lideranças locais estavam

¹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Angola, Cx.-08, Doc. 867, 874, 875, 880, 881, 883, 890, 892, 894, 895, 897, 900, 901, 904, 905, 906, 919. Cadornega, em sua crônica informa que Negreiros fiscalizava grande parte dos treinamentos das tropas, ganhando confiança dos soldados e oficiais, sejam os do Brasil ou os que vinham de Lisboa (Cadornega 1941, 202).

¹⁵ A aliança com D. Barbara foi comprometida em setembro de 1665, com a invasão de Matamba nas terras de Oando (Brásio 1981, 485-487).

¹⁶ Jagas, Quilambas e vários sobas foram até Luanda em outubro de 1664. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), "Portaria [do governador e capitão-general de Angola, André] Vidal [de Negreiros] ao provedor da fazenda real, capitão Tomás Figueira Bultão, ordenando que fizesse entregar aguardente e farinha, à ordem do capitão-mor Diogo Gomes Morales, para a ajuda do sustento do Jaga Quilambas e dos sobas que foram mandados vir, com suas gentes, defender Luanda da ameaça castelhana.", Angola, Cx. 8, Doc. 935.

sob a proteção dos congueses e tinham se defendido com êxito dos ataques lusitanos de outrora¹⁷. O primeiro embate foi com o dembo senhor do sítio do Molundo, que na perspectiva lusitana, estava sabotando as rotas comerciais de escravizados e marfim nos sertões e, ainda, o sítio do Molundo foi um local de refúgio para os dembos que estivessem ameaçados pelos portugueses. Negreiros declarou guerra e organizou uma campanha militar para submeter a região. O capitão Diogo Gomes Morales foi indicado por ele para liderar a campanha, que teve um contingente militar de aproximadamente 400 soldados, contando com duas companhias do presídio de Ambaca, duas de Luanda, tropas particulares de sertanejos, tropas de Massangano acompanhadas de guerreiros Jagas e outros vassalos¹⁸.



¹⁷ Na perspectiva lusitana, dembo era equivalente a “soba” (chefes locais da África Centro Ocidental) só que com um significado mais ostentoso, pessoas régias. (Cadornega 1940, 191; 195).

¹⁸ Os Jagas eram guerreiros nômades que se fixaram em pelo menos três locais da África Centro Ocidental resultando em populações diversas: os habitantes do vale de Niari, o povo que viveu entre os rios Kwango e Wamba; e os imbagala que atuavam nos planaltos centrais de Angola e regiões do Ndongo (Vansina 1010, 647-667).

Figura 1 — África Centro Ocidental no século XVII
Fonte: Montecúccolo 1965, 431.

A sede da campanha foi no sítio da província do Lumbo, do soba Camzelle, aliado dos lusitanos. Depois de se organizarem, atravessaram os rios da região para confrontar as tropas de Molundo¹⁹. Com alguns meses de campanha, o dembo deslocou as suas tropas para as trincheiras em Molundo, próximo ao rio Loze, deixando parte de seu território desprotegido. A batalha de Molundo durou horas, e muitos soldados morreram de ambos os lados, o dembo se retirou, provavelmente para pedir proteção no Estado do Congo, onde era vassalo, muitos de seus guerreiros morreram afogados no rio Loze (Cadornega 1941, 192-194).

Parte das companhias que derrotaram o dembo de Molundo se deslocaram para outra campanha militar, qual seja, socorrer o dembo Xeque, parente do soba Aquingengo, ambos vassalos de Portugal, que tinham lutado pelos lusitanos em conflitos passados. Xeque teve seu sobado invadido pelo soba Kaculo kahenda e solicitou ajuda ao governador geral André Vidal, que, nesse momento, enfrentava o problema de desgaste das tropas depois da campanha que durou meses nos Dembos. O capitão-mor, Diogo Gomes Morales, ordenou que seu filho, capitão da gente auxiliar da campanha e distrito de Dande, aparelhasse sua companhia para a campanha contra o soba Kaculo, levando tropas dos sobas vassalos e os guerreiros jagas, pois a maioria dos soldados portugueses se recusou a combater nesse novo conflito.

Formou-se o arraial para preparação da campanha. O capitão ordenou que fossem os jagas com os atiradores na primeira bateria e, quando a tropa começou a se deslocar, chegou ao arraial o soba Kaculo em rendição. Talvez por temer que acontecesse com ele o mesmo que ocorreu no Molundo, ou até mesmo por ter percebido sua inferioridade militar. O capitão-mor poupou sua vida, mas o fez de prisioneiro, apropriando-se dos seus pertences em metal e, ainda, obrigando-o a realizar o ritual do undamento com o soba Xeque²⁰.

André Vidal mandou que se recolhessem as tropas e deu por fim as campanhas, que apresentavam muitas enfermidades e muitas insatisfações. Pouco tempo depois, o governador se

¹⁹ Dembo equivalente a “soba” só que com um significado mais ostentoso, pessoas régias, na perspectiva lusitana (Cadornega 1941, 191, 195).

²⁰ Cadornega relatou que muitos soldados passaram fome nessa campanha, e muitos ficaram feridos, e ainda houve alguns conflitos entre soldados portugueses com as tropas dos sobas aliados. Depois da campanha ainda houve uma defasagem nas premiações, não houve grande recompensas. Os jagas e os sobas aliados também estavam exaustos, mas sofreram ameaças com relação ao fim das alianças políticas com Angola (Cadornega 1941, 192-195). O undamento tinha semelhanças com a vassalagem europeia. A celebração era feita na presença de dois representantes das partes envolvidas: o soba ou chefe local, e por parte de Portugal poderia ser o governador de Angola, ou como na maioria das vezes, o capitão-mor dos presídios ou chefes de conselho ou distrito. O auto de vassalagem assegurava ao soba a proteção e o apoio lusitano e, em troca, continha uma série de direitos e deveres: o vassalo deveria jurar fidelidade e obediência à Coroa, comprometer-se a prestar auxílio militar, abrir os seus territórios ao comércio português, sobretudo o de cativos, pagar tributos anuais e converter-se ao Cristianismo

desentendeu com o soba Xeque, mandando-o devolver o sobado para Kaculo²¹. Outro soba invadiu a região, D. Francisco Joanes, aliado do reino do Congo, envenenando Kaculo e se apossando da região, Negreiros mandou fazer guerra a Joanes, que terminou preso e enviado como escravizado para o Brasil²². Muito comum nessas campanhas militares nos sertões era a captura e o envio dos prisioneiros para trabalhar nos engenhos de açúcar no Brasil, isso gerou uma grande desconfiança nos verdadeiros motivos alegados como justificativas para elas, que foram duramente questionadas posteriormente. Ainda assim, as campanhas demonstram o profundo envolvimento de Negreiros na política de algumas regiões no interior de Angola, impondo a soberania portuguesa para ampliar o número de escravizados.

Esses conflitos nos sertões contra o dembos e sobas aliados do Estado do Congo, por sua vez, causaram uma grande insatisfação no Mani Mulanza, que escreveu para o governador geral exigindo a liberdade dos seus vassallos que foram aprisionados em guerras consideradas injustas por ele. A resposta levada ao soberano do Congo foi que só aconteceria alguma liberação caso Mulanza entregasse as minas de ouro ou cobre, que tinham sido prometidas no tratado de Garcia II com o governador Salvador Correia de Sá, ou que pelo menos se deixasse averiguar a real existência dessas minas²³. Essa questão das minas foi a principal justificativa para a guerra declarada entre Angola e o Estado do Congo, resultando na Batalha de Ambuíla em outubro de 1665.

A relação entre o Estado do Congo e à Coroa portuguesa, ficou ainda mais complicada quando Kinpaco faleceu em 1661, e seu segundo filho, D. Antonio, o Mani Mulanza, assumiu o Estado. Ele teve uma postura mais rígida com relação a Angola, denunciando ao Rei de Portugal que os governadores gerais de Angola estavam fazendo um desserviço à Coroa, porque não tratavam o Congo como um “irmão de armas”, e ainda insistiam em querer submeter o Estado aos seus interesses próprios, através do uso do tratado de paz de 1649, que para ele não tinha valor, pois havia sido alterado pela Coroa portuguesa em 1651²⁴. O soberano fez fortes críticas a João

²¹ Provavelmente isso aconteceu por uma questão de interesses comerciais entre os envolvidos, sobretudo no fornecimento de escravizados para Luanda.

²² Esses embates foram explicados pelo próprio governador André Vidal ao Rei, e o motivo apresentado para a substituição do soba Xeque para o soba Kaculo, foi insubordinação. E sobre o soba Joanes, provavelmente ele tinha informações que pudesse comprometer a relação de André Vidal com a Coroa ou colonos aliados, pois Negreiros ressaltou ao Rei que impedisse de qualquer forma o retorno de Joanes para a África Centro Ocidental. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Afonso VI sobre a carta do governador e capitão-general de Angola, André Vidal de Negreiros, acerca da restituição ao [dembo] Caculo Kahenda do seu senhorio, que fora usurpado por D. Francisco Cheque, e de como o senhorio foi tomado por D. Francisco Joanes, obrigando o governador a entrar em guerra com este, prendendo-o e enviando-o para a Bahia.”, Angola, Cx. 8, Doc. 991.

²³ Carta do Governador Geral de Angola ao soberano do Congo, em 15 de março de 1664 (Brásio 1981, 475).

²⁴ A visão de mundo do Congo e de como os seus governantes lidavam com os Estados europeus estava relacionado as suas práticas culturais do passado, que consistia em trocar de parceiro comercial sempre que convinha, não ficavam presos a tratados escrito (Green 2019, 190-193).

Fernandes e a André Vidal, sugerindo que governavam em função de seus próprios interesses em desacordo com os interesses da Coroa lusitana e com o tratado de 1651²⁵.

Os governadores e a Câmara de Luanda tentavam impor o tratado de 1649 elaborado por Salvador Correia de Sá, que, dentre várias questões, estipulava as seguintes obrigações congüêas: a devolução de todos os escravos fugidos para as suas terras; estabelecimento da liberdade de trânsito para os comerciantes lusitanos; intermediação da vassalagem dos Dembos com a Coroa lusitana; e cessão das minas de ouro para Portugal²⁶. Dentre os artigos retirados em 1651, o que mais incomodou os colonos em Angola foi a questão das minas. Apesar da guerra contra o Congo ter tido um conjunto de motivos, considera-se que a captura de escravizados pela guerra fosse o maior deles. Entretanto, nos documentos, uma das justificativas mais recorrentes era a negativa em ceder acesso às supostas minas, seja pelos rumores existentes sobre a existência do ouro, ou pelas próprias minas de cobre que podiam interessar²⁷.

A relação entre André Vidal e D. Antonio ficou mais complicada com as já mencionadas campanhas militares promovidas pelo governador na região dos dembos. O Mani Mulanza solicitou a liberdade dos prisioneiros, alegando a injustiça da campanha. Houve a recusa, mas com a ressalva de que o caso poderia ser reanalisado caso o soberano congüês informasse a localização das minas e permitisse que a Coroa portuguesa as explorasse, ou até mesmo que concedesse a permissão para prospecções nas suas terras, conforme o tratado original realizado entre Salvador Correia de Sá e Garcia II.

D. Antonio discordou novamente. Ele continuava a alegar a ilegalidade das guerras na região dos dembos e, baseado no tratado de 1651, dizia não haver nenhuma obrigatoriedade de oferecer acesso às minas, que ele inclusive garantia não existirem. Aliás, afirmava também que quem descumpria o tratado eram os governadores gerais de Angola e não ele²⁸. Nota-se que houve um

²⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Carta do Rei do Congo, D. António I, ao Rei [D. Afonso VI] sobre os avisos que o seu pai, o Rei D. Garcia, fizera a D. João [IV] acerca de várias pessoas em angola serem vassalos do Rei de Castela; afirmando que o governador João Fernandes Vieira perseguira o seu pai, apesar de ter ordens em contrário; solicitando um governador íntegro, que reformasse a infantaria e não tiranizasse os sobas, pedindo ainda ministros para a sé catedral ou que os de Luanda fossem assistir no congo; elogiando os cónegos Simão de Medeiros e Miguel de Crasto.”, Angola, Cx. 7, Doc. 808.

²⁶ Sobre o tratado de paz de 1649 e suas alterações em 1651, ver: Montecúccolo 1965, 322-323.

²⁷ Luiz Felipe de Alencastro informou que a aliança dos pumbeiros com o Estado do Congo e as práticas pagãs no cristianismo congüês tinham sido as principais justificativas (Alencastro 2000, 284, 290-291). As minas já tinham sido prometidas a Coroa lusitana em outrora, pelo soberano congüês D. Alvaro, durante seu reinado que foi de 1587 a 1614 (Brásio 1981, 551-552).

²⁸ Estava se referindo a Ilha de Luanda, em posse dos portugueses desde a época de Salvador Correia de Sá, e da suserania dos dembos, em que João Fernandes e André Vidal realizaram campanhas militares. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Cartas régias de 16 de setembro e de 22 de dezembro de 1663, dirigidas aos governadores de Angola, acerca da guerra com o Rei do Congo e da descoberta de cobre, assim como o auto com a proposta que o governador André Vidal de Negreiros fizera ao ouvidor e auditor-geral, João Lopes Tinoco, e aos oficiais da câmara a 27 de setembro de 1664 e a carta de resposta deles, de 15 de abril de 1665; a certidão traslada ainda a carta deste

fevror entre os agentes reais em Angola, na tentativa de submeter o Congo. Isso não seria tão fácil, pois o Mani Mulanza não se sentia na obrigação de cumprir as exigências, até mesmo por ser uma grande força política na macroregião, e com vários contatos externos, principalmente com Roma²⁹.

D. Antonio emitiu em julho de 1665 um pregão de guerra contra Portugal, mandou que todos os senhores do seu Estado se preparassem para se juntarem ao soberano na defesa de suas terras, fazendas e liberdades contra a invasão portuguesa. Seis dias após o pregão, o Cabido do Congo voltou a escrever para o governador geral ressaltando mais uma vez que não existiam as minas de ouro, embora reconhecessem a existência das minas de cobre.

Em setembro de 1665, o Conselho Ultramarino relatou ao Rei os detalhes sobre as hostilidades entre D. Antonio e André Vidal. A carta foi uma junta de várias justificativas para convencer a Coroa de que a guerra contra o Congo era justa, dentre elas, a afirmação da validade do tratado de 1649 sobre a questão das minas; a suposta aliança entre o Congo e a Espanha para uma invasão em Angola; e a necessidade de ajuda a sobas vassalos da Coroa, tais como o “Duque de Oando” que havia sido invadido por Matamba em 1663³⁰. Essa última justificativa seria também importante, pois em 1665, com um novo soberano, Oando se levantou contra Matamba, dessa vez aliada do Congo, sendo derrotados mais uma vez, fugindo para as terras de Ambuíla.

Por sua vez, o senhorio de Ambuíla era liderado por uma soberana aliada dos portugueses, Dona Isabel Afonso, que, ao começar a sofrer ameaças do Estado do Congo, solicitou socorro ao governador geral de Angola³¹. A grande motivação para a ajuda lusitana foi a promessa do duque de Oando de que poderia revelar onde ficavam as minas de ouro, caso o governador geral enviasse o auxílio. Mas, de fato, a existência das minas de ouro pouco importava para Negreiros, pois ele estava decidido a derrotar o Congo, justificado pelas minas de cobre e na resolução dos problemas

governador ao Rei do Congo, D. António, a 15 de março de 1664 e a resposta deste a 13 de abril de 1664, para além das cartas trocadas entre o cabido e religiosos com o governador, em 13 e 25 de junho, 19 de julho e 18 de agosto de 1665.”, Angola, Cx. 8, Doc. 1010.

²⁹ Para saber mais sobre os contratos de vassalagens entre europeus e africanos em Angola no século XVII, ver: Heintze 2007, 387-436.

³⁰ Consulta do Conselho Ultramarino, em 7 de setembro de 1665 (Brásio 1981, 568-573). Tanto o Conselho Ultramarino quanto a Coroa, a partir de 1663, desprezaram as alterações do tratado feitas em 1651, considerando a primeira versão de 1649. Em julho de 1664, Negreiros já tinha colocado a possibilidade da aliança entre Congo e Castela.

³¹ O auto de vassalagem de Dona Isabel regente de Ambuíla foi em 1 de janeiro de 1664. O capitão Luis Lopes de Siqueira solicitou o auto por suspeitar de traição, o juramento foi feito por Isabel, e seu sobrinho (D. Alvaro Afonso, senhor de Bamba Ambuíla), e seus macotas. Nesse momento a soberana acusou o soberano do Congo e o Estado de Matamba de prejudicarem os interesses lusitanos nas rotas comerciais do interior (Brásio 1981, 485-487).

dos panos libongos que dominavam e enfraquecia o comércio angolano, além de que, através da guerra, poderia aumentar o número de escravizados que poderiam ser enviados para o Brasil³².

André Vidal ordenou que o capitão-mor Luis Lopes de Siqueira fosse proteger o dembo de Ambuíla e o “duque” de Oando³³. Foram articuladas tropas de várias praças de Angola, mas o grosso da campanha foi formado por gente dos sobas aliados. As fontes informam que houve aproximadamente 360 soldados portugueses entre os 6.000 cedidos pelos sobados para defender o território. D. Antonio mandou uma grande companhia ao encontro das tropas lusitanas na região do outeiro, que ficava entre o ducado de Oando e as terras da soberana Isabel em Ambuíla, justamente no local em que se especulava estarem localizadas as minas.

Ao passarem pelos rios Dande e Lumanha, os batedores do exército congues se depararam com as tropas lusitanas, o que fez com que D. Antonio recuasse e esperasse mais tropas para a investida. De acordo com fontes portuguesas, que podem ter supervalorizado os números do inimigo, a companhia liderada pelo próprio D. Antonio, Mani Mulanza, tinha aproximadamente “100.000 soldados”, criando um grande cerco na batalha. As fontes portuguesas também indicam que as tropas lusitanas em formação de quadrado resistiram a três investidas dos congueses, até que o próprio D. Antonio liderou a quarta investida, pedindo que capturassem o capitão-mor Luis Lopes de Siqueira ainda vivo, pois ele próprio desejava degolá-lo. O soberano do Congo acabou levando um tiro de mosquete, sendo capturado e degolado, sua cabeça foi exposta por Siqueira, causando desordem e debandada nas tropas conguesas, sendo parte delas perseguida pelas tropas lusitanas, muitas lideranças conguesas foram capturadas e degoladas, já outros foram escravizados³⁴. Após a batalha André Vidal ordenou a perseguição ao dembos vassalos do Congo,

³² Desde 1656 que havia denúncias de cativos de Luanda e regiões próximas fugindo para o Estado do Congo. Os governadores gerais de Angola vindos do Brasil como João Fernandes e André Vidal comparavam a situação com Pernambuco, imaginando o Congo como um grande Palmares (Brásio 1981, 42-43, 56).

³³ Luís Lopes de Siqueira, filho do capitão português de infantaria Domingos Lopes de Siqueira, e de mãe angolana, este oficial de infantaria distinguiu-se em Angola, no século XVII, como comandante militar do exército português, em quatro importantes confrontos armados contra os inimigos da Coroa: a batalha de Ambuíla, 1665, a batalha de Mpungu- a-Ndongo, 1671, a campanha do Libolo, 1679, e a campanha da Matamba, 1681. (Montecúcolo 1965, 12). Um ano antes da batalha de Ambuíla, Negreiros tinha solicitado uma devassa sobre Luis Lopes de Siqueira, talvez como forma de ameaçar ou chantagear, para garantir que seus objetivos fossem realizados.

³⁴ Há o relato de um soldado português que esteve na batalha, informando detalhes dos acontecimentos e dos números de soldados participantes (Brásio 1981, 575-581, 582-591). O cronista Cadornega também compartilhou dessas informações sobre a batalha (Cadornega 1941, 206-213). Entre as lideranças mortas estão: o próprio soberano, D. Antonio, um sobrinho do dele, o “duque” de Bamba, o “duque” de Batta, o “duque” de Sandi, o “duque” de Gorimda, o “marquês” de Pemba, o “marquês” de Enmonso, o “marquês” de Choa, o “marquês” de Sembo, o “marquês” de Sonmelo, o “conde” de Sogongo, “General” D. Alvaro Punha, o senhor de Lungo, o senhor de Quina, o senhor de Anquehe, o senhor de Sembo, o senhor de Telamenameno, o senhor de Dirá, o senhor de Quitete, o senhor de Cibanja, o senhor de Metela, o senhor de Meluda, o senhor de Bango, o senhor de Pandi, o senhor de Lula. Essa relação mostra a força política do Estado do Congo, onde tinha muitos aliados que responderam o chamado do pregão de guerra contra os portugueses (Brásio 1981, 589-590). Prisioneiros que foram para Luanda após a batalha: O “Capelão-mor” Manoel Rois de Medeiros, D. Francisco filho natural do soberano, D. Alvaro sobrinho do soberano, D. Pedro sobrinho

como Manimotemo Aguingengo, e os sobados do Naboancongo, em uma campanha na qual as tropas lusitanas degolaram as lideranças e escravizaram grande parte da população dessas regiões. Nesse sentido, podemos analisar que, apesar das justificativas que estavam relacionadas às questões religiosas e à busca das minas de cobre ou ouro, o principal resultado das campanhas foi aumentar os números de escravizados para Pernambuco, que era do interesse direto de Negreiros, que soube aproveitar os vários interesses locais dos centro africanos a seu favor.

Sobre a batalha de Ambuíla, as fontes portuguesas sugerem fatores sobrenaturais para sua vitória³⁵, o que fazia parte da cultura política lusitana na época, quando não, enaltecem o “heroísmo” dos seus capitães e desprezam a participação dos agrupamentos militares fornecidos pelos sobados aliados, que fizeram toda a diferença no campo de batalha, mesmo com muitos guerreiros desertando. Apesar de algumas diferenças na estratégia militar, como a utilização de cavalos e dos mosquetes a “roldete”, os chefes da “guerra preta”³⁶ contribuíram de forma decisiva nas campanhas lusitanas no interior de Angola. Muitos desses chefes, de várias regiões, sentiram-se no direito de um maior reconhecimento pelos seus feitos, solicitando benesses e se incorporando às práticas usuais do mundo Atlântico português³⁷.

Negreiros e seus capitães conquistaram muito prestígio, pois a vitória contra um “inimigo” de longa data da Coroa portuguesa foi muito celebrada, foram três dias de festividades em Luanda, além do cortejo com a cabeça embalsamada de D. Antonio, desfilando pelas ruas de Luanda até a igreja de Nossa Senhora de Nazaré, onde foi feito um painel em azulejaria retratando cenas da batalha. A coroa real do Congo foi entregue ao governador geral André Vidal, que a prometeu ao Rei D. Afonso VI. Para isso, pediu ao seu sobrinho Antonio Curado Vidal que estava indo para o Recife, cumprir a promessa e entregar a coroa ao Rei de Portugal. Segundo Antonio Curado, a coroa foi roubada durante a viagem³⁸.

Nos últimos meses de governo, Negreiros e a Câmara de Luanda escreveram relatos a respeito dos sucessos militares. Entretanto, indicavam que, apesar da vitória, houve muitas baixas e, dessa forma, solicitavam mais militares, principalmente vindos de Pernambuco. Angola, segundo

do soberano, (estes dois são filhos do irmão do soberano, a quem matou para reinar), D. Thomé, “camareiro mor”, e mais outros membros da elite conguêsa e sobas vassalos.

³⁵ Sobre as questões sobrenaturais na batalha de Ambuíla, ver: Montecúcolo 1965, 249-251.

³⁶ “Guerra preta” foi o termo utilizado pelos portugueses nas fontes para explicar a participação de guerreiros e lideranças africanas como aliados nos conflitos promovidos pelos lusitanos (Ferreira 2007).

³⁷ Sobre as estratégias lusitanas na batalha de Ambuíla, ver: Ferreira 2007 e Thornton 1999.

³⁸ A Coroa não realizou as premiações conforme André Vidal solicitou, ele pediu, no início de 1666, uma gratificação de 400 escudos para seus oficiais, mas a Coroa só autorizou as premiações em janeiro de 1667, e apenas 50 escudos para repartir entre os mais importantes na batalha. André Vidal de Negreiros mandou construir a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré assim que chegou a Luanda, como promessa de ter se salvado de um possível naufrágio na sua vinda de Pernambuco. A igreja foi concluída em meados de 1664, e após a batalha de Ambuíla, recebeu a cabeça do soberano D. Antonio, onde foi sepultada.

eles, tinha se tornado um dos pontos mais importantes do ultramar lusitano, e a preservação da influência portuguesa na região poderia beneficiar as atividades econômicas no Brasil³⁹. A chegada de mais militares vindos de Pernambuco poderia contribuir para que a Capitania continuasse tendo influência nas ações em Angola, ligadas ao tráfico de escravizados, pois a própria batalha de Ambuíla foi uma demonstração desses interesses, porque muitos prisioneiros foram direcionados aos agentes de Negreiros, que os transportaram diretamente para Pernambuco⁴⁰.

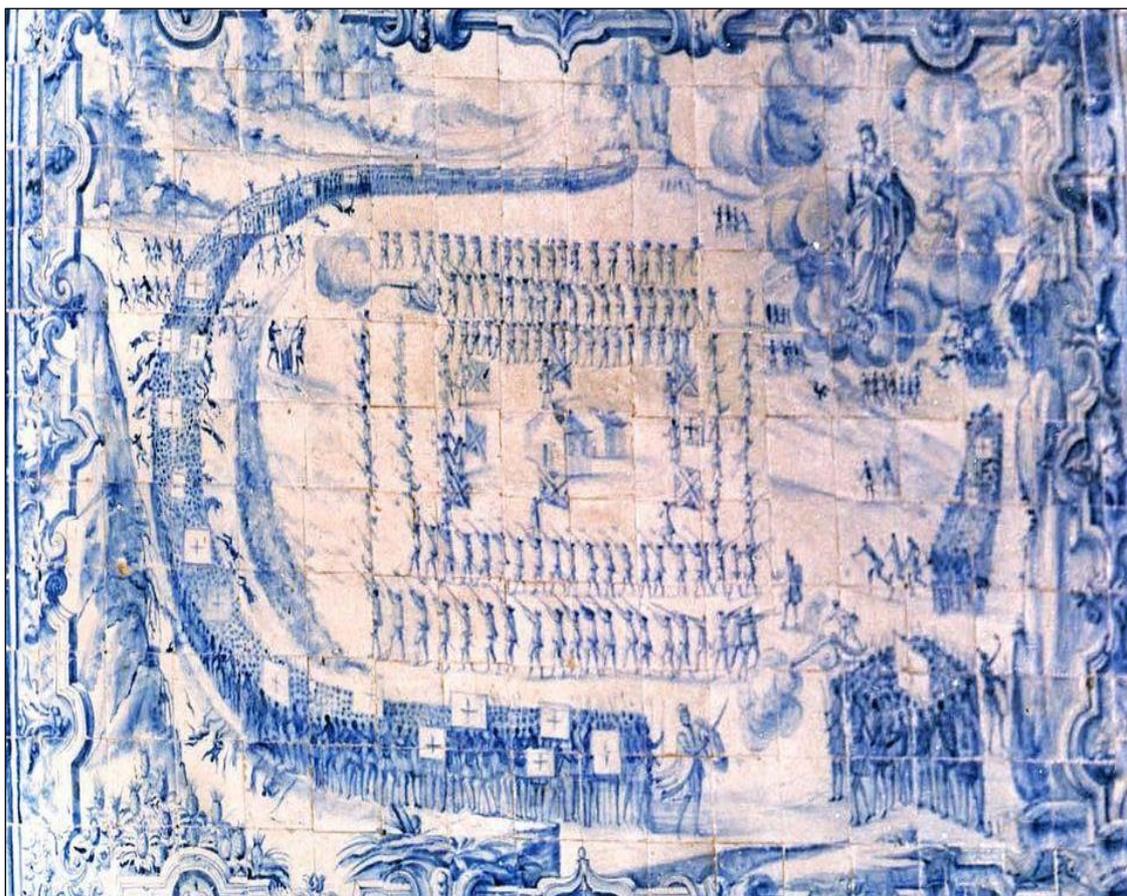


Figura 2 — Painéis decorativos de azulejos da Igreja Nossa Senhora de Nazaré, em Luanda, representando a batalha de Ambuíla.

Fonte: Museu Nacional de Angola (Ogot 2010, 671).

³⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. Afonso VI sobre o que se deveria escrever ao governador de Pernambuco, em consequência da consulta [de 6 de novembro de 1666, em resposta à carta do governador e capitão-general de Angola], André Vidal de Negreiros, [de 23 de dezembro de 1665], sobre a vitória contra o Rei do Congo, e o apoio que Pernambuco poderia dar a Angola em artilharia; [a carta do governador solicitava gente, cavalos, artilharia, espingardas, morrão e munições, e explicava que a guerra se devera ao facto de o Rei do Congo ter atacado a gente comandada pelo capitão Luís Lopes de Sequeira, para impedir o socorro enviado à regente do senhorio de Ambuíla, D. Isabel, e o descobrimento das minas de ouro e cobre, que o duque de Oando referira, sugerindo que se agradecesse o desempenho do capitão-mor Luís Lopes de Sequeira, do sargento-mor Manuel Rebelo de Brito e do capitão-mor da guerra preta Simão de Matos].”, Angola, Cx. 9, Doc. 1119.

⁴⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Portaria [do governador e capitão-general de Angola, André] Vidal [de Negreiros] ao provedor da fazenda real, capitão Tomás Figueira Bultão, ordenando que fizesse entregar a farinha e o peixe para os negros prisioneiros do Congo que seriam remetidos para Pernambuco.”, Angola, Cx. 9, Doc. 1030.

Nos dias seguidos à vitória na batalha de Ambuíla, o imaginário com relação às minas de ouro cresceu, porque tanto D. Antonio, quanto vários aliados foram para o confronto com muitos utensílios de ouro, como forma de ostentar suas riquezas. A primeira ação foi exigir do “duque” de Oando um juramento de fidelidade à Coroa. Na cerimônia de undamento, o duque e seus descendentes fizeram várias prerrogativas de vassalagem. Ele foi nomeado pelo governador geral para assumir as terras do Congo, permitindo que mineiros lusitanos pudessem explorar e extrair minérios (Brásio 1982, 3-5). Apesar disso, o “duque” não assumiu o cargo, pois foi assassinado. Sobre as minas, apesar da expectativa portuguesa, apenas jazidas de cobre foram encontradas.

Juntamente com D. Antonio, morreram os principais candidatos à sucessão do Estado do Congo, abrindo-se então um complicado processo sucessório que fortaleceu a posição da província do Sonho. Depois da batalha, São Salvador foi palco de várias fugas de nobres para outras províncias, que se tornaram mais autônomas e passaram a escolher seus soberanos, independentemente do poder central, pelo qual a disputa era constante.

Segundo Toby Green, a descentralização do Estado do Congo não se deve exclusivamente às perdas na batalha de Ambuíla, e sim a toda uma construção nas relações de poder a partir do contato com os europeus, pois “a globalização de alimentos, ideias e estruturas militares contribuíram com seu possível declínio político”. A violência e o comércio de pessoas escravizadas para a expansão do Estado fizeram crescer o ressentimento dos súditos e Estados vizinhos, provocando uma série de revoltas que desestabilizaram o poder central, tornando a região mais aberta e dependente das forças externas. Um grande exemplo foram as importações dos artigos de luxo para os membros do grupo dominante na capital Mbanza Congo, situação que gerava mais desequilíbrios econômicos e sociais (Green 2019, 189).

Apesar das vitórias militares, o governo geral de André Vidal, em Angola, foi marcado por várias denúncias e protestos, principalmente nas suas ações com relação ao tráfico de escravizados, que, na maioria das vezes, foi contrário ao regimento estabelecido para Angola.

Ele foi acusado de criar esquemas comerciais paralelos, através das guerras no interior, eliminando os contratos dos pumbeiros, que tinham estabelecidos rotas comerciais oficiais entre os vassallos da região do Libolo, dos Dembos e de Benguela com as feitorias. O próprio André Vidal foi acusado de ter dado Hábitos de Cristo aos sobas, em troca de acordos mercantis com seus agentes do comércio escravista nos sertões⁴¹. Os oficiais da câmara solicitaram à Coroa que

⁴¹ Acusações realizadas por Bartolomeu Paes Bulhões. Negreiros se defendeu informando que essa era uma prática comum aos governadores de Angola, e que, segundo ele, Bartolomeu estava querendo vingança por conta de o governador ter o destituído do cargo de provedor da fazenda real de Angola. O Conselho Ultramarino concorda

obrigasse o governador geral André Vidal a cumprir o regimento, reestabelecendo o contrato com os pumbeiros, para que os tributos fossem direcionados à fazenda real. Em fins de 1664, a Coroa lusitana enviou uma carta para a Câmara de Luanda, e outra para o governador geral, nela constata-se a repreensão a Negreiros, informando que ele tinha que reorganizar o tráfico de escravizados, eliminando a ida dos “brancos e mestiços” às feiras sertanejas, a fim de que os moradores de Luanda que viviam desse comércio não fossem prejudicados⁴².

Mais do que apenas indicar aliados aos cargos existentes, Negreiros ainda criou postos para suprir a necessidade de sua rede de favorecimentos, mesmo sem autorização régia. O Conselho Ultramarino emitiu um parecer ao governador geral, exigindo que ele executasse o regimento, sem criar cargos, pois estava dando prejuízo à fazenda real. A Coroa ordenou que os cargos novos ficassem sem ordenado e fossem extintos quando se completassem o seu triênio⁴³.

Houve ainda denúncias dos moradores de Luanda sobre a injustiça das guerras nos sertões promovidas pelo governador geral, novamente desconsiderando o regimento. Eles relataram que estavam sendo coagidos a participarem das tropas que iriam para o interior. Em 1664, o procurador Antonio de Buiça, junto com os juizes e oficiais da Câmara de Luanda, realizaram um requerimento ao governador geral para não promover guerras sem justificativas e, caso fossem necessárias, as tropas deveriam ser compostas apenas pela infantaria e cabos da praça de Luanda⁴⁴.

Sob a regência de D. Pedro II, o ouvidor-mor de Angola, Francisco de Silveira Souto, realizou a residência do governo de André Vidal de Negreiros, em 1671. Apenas dois pontos foram investigados: as justificativas para as guerras nos sertões; e a questão dos Hábitos de Cristo concedidos aos sobas João Cambambe e ao Quilamba Conge Acamocala. Os procuradores de Negreiros foram muito eficientes, pois o ouvidor deu parecer favorável ao ex-governador e ainda realizou vários elogios com relação à sua conduta, como demonstra uma parte do documento: “Todas essas ações são muito de louvar, se a faz palavras, com as testemunhas juntas: e todas enfim, que fora um dos melhores governadores que daquela praça fora; e que com mais vigilância e

momentaneamente com o governador, mas explica que tudo será averiguado na sua residência. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Requerimento do governador e capitão-general de Angola, André Vidal de Negreiros, através do seu procurador, Teófilo Homem da Costa, ao Rei D. Afonso VI solicitando que na residência que lhe tirarem fosse perguntado acerca do modo como dera os Hábitos de Cristo aos sobas e de como procederam os seus antecessores nesses casos, para que fosse julgado com justiça; alegando que a queixa que Bartolomeu Pais Bulhão fizera contra ele a esse respeito, se devia ao facto de o ter destituído do cargo de provedor da fazenda real.”, Angola, Cx. 9, Doc. 1044.

⁴² Bento Teixeira de Saldanha, ouvidor geral de Angola, já havia alertado essa situação em fins de 1662 (Brásio 1981, 419-420). Em fins de 1663, o Conselho Ultramarino despacha ao provedor da Fazenda real e ao Ouvidor geral de Angola a proibição da prática utilizada pelo governador (Brásio 1981, 515-516).

⁴³ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Angola, Cx. 08, Doc. 872, 879, 888, 915.

⁴⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Angola, Cx. 07, Doc. 754; Cx. 08, Doc. 885.

cuidado tratou das obrigações de seu cargo.”⁴⁵ Consta, na residência, as mesmas justificativas que Negreiros utilizou para se defender das acusações enquanto estava no governo geral de Angola, seja com relação às guerras ou à concessão dos Hábitos, o que demonstra que, mesmo em Pernambuco, ele ainda tinha certa influência política do outro lado do Atlântico.

Considerações finais

Com relação aos números do tráfico de escravizados no Atlântico, a qual podemos ter uma estimativa de acordo com *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, é importante ressaltar que, na primeira metade da década de 1650, Pernambuco recebeu pouco mais de 3.000 cativos, enquanto a Bahia e o Rio de Janeiro receberam mais de 18.000 e 12.000 escravizados, respectivamente. Já na década de 1660, em vigor o governo geral do André Vidal de Negreiros em Angola, Pernambuco recebeu mais de 18.000 escravizados, enquanto Bahia e Rio de Janeiro mantiveram os números anteriores. Foi um aumento significativo no recebimento de escravizados no porto do Recife e que continuou aumentando no decorrer das décadas seguintes. André Vidal, enquanto representante da elite colonial em Pernambuco, conseguiu seus objetivos, contribuiu no restabelecimento do fornecimento de mão de obra escravizada africana para seus engenhos de açúcar, utilizando-se de práticas contrárias ao projeto da Coroa portuguesa para Angola, e ainda não foi condenado por isso.

Anos	Caribe espanhol	Rio da Prata	América espanhola	Bahia	Pernambuco	Sudeste do Brasil	Total global
1631-1635	17937	0	1848	15430	300	10800	46315
1636-1640	14181	0	1489	15430	6421	10800	48321
1641-1645	5251	0	810	10210	17526	7000	54102
1646-1650	4060	699	2628	12739	1438	8917	45691
1651-1655	5791	0	2525	18265	2069	12785	49152
1656-1660	9251	2560	1655	18265	9323	12785	77889
1661-1665	2583	1279	1917	19332	9000	13153	84448
1666-1670	1101	1650	336	23101	10992	17965	104459
1671-1675	664	47	291	15958	9879	11559	84329
1676-1680	3305	145	0	16735	12500	11714	98409

⁴⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre a relação solicitada [ao conselheiro] Pedro Álvares Seco de Macedo acerca da residência que o ouvidor-geral de Angola, Francisco da Silveira Souto Maior, tirara a André Vidal de Negreiros do tempo em que fora governador e capitão-general de Angola.”, Angola, Cx. 10, Doc. 1247.

1681-1685	3290	0	0	16044	12500	11230	117770
1686-1690	578	0	0	13931	12500	9751	95267
1691-1695	0	0	0	18789	12500	13152	106013
1696-1700	6703	0	0	37536	33221	26276	177229
Total	74695	6380	13499	251765	150169	177887	1189394

Tabela 1 — Estimativa de escravizados africanos desembarcados no “Novo Mundo”, entre 1631 e 1700.

Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em:

<https://www.slavevoyages.org/estimates/JvNwr6lR>. Acesso em 07 out. 2020.

Para a sociedade brasileira atual, principalmente em Pernambuco, este personagem é tido como um dos “grandes heróis da restauração pernambucana”, e esperamos com esse artigo, aumentar os debates com relação ao contexto desse personagem, principalmente na forte relação que ele teve com o tráfico de escravizados africanos e a escravidão no Brasil, como também seus impactos na África Centro Ocidental.

Referências

Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

Bluteau, Pe. Raphael. *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. Edição fac-símile, CD-ROM, Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

Brásio, Padre Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 11. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1971. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

Brásio, Padre Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 12. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1981. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

Brásio, Padre Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Série 1, Volume 13. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982. RODRIGUES, Miguel Jasmis (org.). Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2011.

Cadornega, Antonio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Volume 2. Lisboa: Agência-geral do Ultramar, 1941.

Ferreira, Roquinaldo. “O Brasil e a arte da guerra em Angola”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, 13, n. 39 (2007): 3-23.

Gonsalves de Mello, José Antônio. *João Fernandes Vieira: Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

Green, Toby. *A fistful of shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of Revolution*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

Heintze, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Editora Kilombelombe, 2007.

Lara, Silva Hunold. *Palmares & Cucaú. O aprendizado da dominação*. São Paulo: Edusp, 2021.

Lopes, Gustavo Acioli. *A fênix e o Atlântico: a Capitania de Pernambuco e a economia-mundo europeia (1654-1760)*. São Paulo: Alameda, 2018.

Montecúcolo, Pe. João António Cavazzi de. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Volume 2. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

Silva, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

Silva, Luiz Geraldo. “Cooperar e dividir: mobilização do forças militares no império português (séculos XVI e XVII)” Em: *Facetas do império na história: conceitos e métodos*, orgs. Andréa Carla Doré, Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva. São Paulo: Aderaldo & Rothschild. Brasília, DF: Capes, 2008.

Souza, George Félix Cabral de. *Tratos e Mofatras: o grupo mercantil do Recife Colonial (c. 1654-c.1759)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

Thornton, John. *Warfare in Atlantic Africa, 1500–1800*. UCL Press. Londres:1999.

Vansina, J. O reino do Congo e seus vizinhos. Em: *História Geral da África V*, org. Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO. 2010.

Recebido: 16 de novembro de 2023

Aprovado: 03 de julho de 2024